

**CONV 385/02**

**WG VII 10**

**NOTA**

---

de:	Secretariado
para:	Grupo de Trabalho sobre a Acção Externa (Grupo VII)
Assunto:	Síntese da reunião de 29 de Outubro de 2002

---

**I. Abertura da reunião e observações preliminares da Presidência**

1. O Vice-Presidente Dehaene (que assegura a presidência do Grupo) lembrou que fora distribuída na reunião anterior uma nota elaborada pelo Secretariado da qual constava um projecto de texto sobre os princípios e objectivos da acção externa da UE (WD 7, igualmente enviado ao Grupo por correio electrónico), sobre o qual o Comissário Barnier e o Membro Michael ATTALIDES já haviam apresentado ao Secretariado as suas observações (WD 13 e WD 12, respectivamente). O Presidente convidou os restantes Membros do Grupo a fazer o mesmo com a máxima brevidade.
2. Além das notas sobre os princípios e objectivos e sobre os recursos das instituições europeias (WD 6) já distribuídas na reunião anterior, foram também distribuídas mais duas notas de fundo, elaboradas pelo Secretariado: um documento referente a determinados aspectos financeiros da acção externa da UE (WD 14) e outro, relativo aos fundamentos jurídicos, competências, instrumentos e processos decisórios da acção externa da UE (WD 15).

**II. Representação externa da UE: em organizações internacionais e nas relações bilaterais**

3. O tema da reunião era a representação externa da UE nas organizações internacionais e nas relações bilaterais. A respectiva Ordem de Trabalhos (CONV 365/02) mencionava

determinadas questões específicas a ser tratadas pelo Grupo, entre a quais se incluíam a análise das eventuais alterações aos mecanismos de representação externa por forma a aumentar a influência da União a nível internacional, a possibilidade de racionalizar os dispositivos de representação, o aperfeiçoamento dos mecanismos destinados a facilitar a elaboração das posições comuns, os possíveis meios de incremento da clareza e continuidade do diálogo político e o aumento da sinergia entre as representações diplomáticas e as delegações nos países terceiros.

4. Foi sublinhado por vários membros ser primordial um acordo quanto aos objectivos e prioridades da acção externa da UE e quanto à definição das competências, aspectos estes com os quais se prende estreitamente a questão da representação externa da União.

### **Organizações internacionais**

5. Verificou-se um reconhecimento geral do facto de a influência exercida pela UE ser maior quando esta se exprime em uníssono, embora tenha sido lembrada por vários membros a necessidade de adoptar uma abordagem pragmática e de reconhecer que determinadas áreas específicas de acção externa poderão exigir disposições específicas; acontece o mesmo em relação às organizações internacionais.
6. Vários membros consideraram lógico que a UE tenha apenas um representante nas organizações em que são tratados aspectos externos de domínios de competência interna. Alguns consideraram ainda que a posição a defender por esse representante único deverá ser determinada por maioria qualificada sempre que esta vigore para o correspondente domínio de competência interna. Alguns membros propuseram que a análise das possibilidades de representação unificada comece, por exemplo, pelo caso das IFI. Foi sublinhada por um membro a importância de separar a pertença a tais organizações da questão da representação unificada.
7. Vários membros sublinharam a necessidade de uma abordagem pragmática quanto às organizações de carácter claramente político, argumentando não ser realista debater eventuais alterações em matéria de representação no Conselho de Segurança da ONU quando, de qualquer modo, não existem quaisquer disposições em matéria de representação além das referentes à representação dos Estados; preconizaram, contudo, que sejam desenvolvidos esforços no sentido de assegurar que os Estados-Membros se expressem em uníssono/emitam a mesma mensagem.

## **Relações bilaterais**

8. Verificou-se no Grupo um acordo geral sobre a necessidade de conferir maior clareza e legibilidade à representação nos países terceiros, bem como um consenso quanto à transformação das delegações da Comissão em delegações da UE. Foi recordado neste contexto que tais delegações já dispensam apoio ao Alto Representante (AR) ao nível da apresentação de relatórios, e que as suas funções já abrangem, por conseguinte, um âmbito mais vasto.
9. A transformação em delegações da UE não foi contudo considerada suficiente por diversos membros, que referiram muito haver ainda a fazer para melhorar a coordenação e a coerência das acções no terreno.
10. Alguns membros sugeriram que as delegações da UE também possam representar os Estados-Membros nos países terceiros em que não disponham de representações diplomáticas. Foi também proposto que as delegações da UE possam eventualmente constituir, embora num limitado número de casos, a única representação da UE e dos Estados-Membros.

## **Papel do Alto Representante**

11. Foi sublinhado por vários membros que a legitimidade e autoridade do AR, responsável perante o Conselho, lhe advêm do Conselho Europeu, que procede à sua nomeação. Vários membros do Grupo lembraram ter proposto que o AR passe a presidir ao Conselho (Relações Externas), a fim de assegurar uma coerência e uma continuidade maiores do que as proporcionadas pela actual rotação de presidências. Alguns membros consideraram que o AR deverá transformar-se num "Ministro dos Negócios Estrangeiros" da União, tendo neste contexto sido apontada por vários membros a existência de uma correlação entre a questão da Presidência do Conselho Europeu e a da representação externa da União. Verificou-se todavia acordo geral em que, apesar da necessidade de ter presente tal correlação, o Grupo não deverá aventurar-se em qualquer debate sobre a questão do contexto institucional mais vasto, remetida para um futuro debate em plenário.
12. Foi defendida por vários membros a fusão das funções do AR com as do Comissário para as Relações Externas. Foi sublinhado por diversos membros que o AR deverá ter a autoridade do Conselho, e proposto por alguns que este nomeie como AR um Comissário. Um membro do Grupo advertiu contudo que a acumulação de funções no AR — Presidente do Conselho

(Relações Externas) e Comissário — resultará numa concentração de poderes nessa função muito superior à conferida à Comissão no Primeiro Pilar.

13. Alguns membros do Grupo pronunciaram-se contra a fusão das funções de AR e de Comissário para as Relações Externas, uma vez que esta função teria de obedecer a um mandato conferido pelo Conselho, mandato este difícil de conciliar com o carácter colegial da Comissão. Os mesmos membros consideraram poderem ser propostas soluções pragmáticas para o melhoramento da coordenação entre o AR e a Comissão e para o fortalecimento das funções do AR. Foi também sublinhado que o mais importante será assegurar a coerência entre as diversas políticas, bem como a disponibilidade dos meios necessários para apoiar as políticas em acções, caso necessário de forma célere.
14. Um membro do Grupo apresentou propostas específicas de medidas práticas susceptíveis de reforçar o papel do AR e aumentar a eficácia da PESC (documento distribuído na reunião e a ser divulgado electronicamente). Entre tais medidas incluíam-se: a atribuição ao AR do direito de iniciativa e da possibilidade de apresentar determinadas propostas conjuntamente com o Comissário para as Relações Externas; a participação do AR em reuniões da Comissão; a separação do lugar de AR do de Secretário-Geral do Conselho; a nomeação de um número restrito de Adjuntos do Alto Representante; o reforço do Secretariado de apoio ao AR, bem como a partilha de serviços comuns entre o Secretariado do Conselho e os serviços competentes da Comissão, sempre que necessária; e a instauração de disposições orçamentais adequadas para suplementar da actual dotação à PESC, incluindo disposições destinadas ao financiamento dos Representantes Especiais.

### **III. Próxima reunião**

15. A próxima reunião terá lugar na quarta-feira 13 de Novembro, às 14.30h. O Vice-Presidente Dehaene informou o Grupo de que o Secretariado elaborará para a reunião um primeiro projecto dos elementos que integrarão as eventuais conclusões do Grupo.
16. Os debates centrar-se-ão em torno do referido projecto. Foi também lembrado aos membros do Grupo que será realizada uma reunião conjunta com o Grupo VIII em 14 de Novembro, às 9.00h.